



JORNAL DO SINPOL

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANO XXII – Nº 45 – JULHO/AGOSTO/SETEMBRO 2017 — Rua Riachuelo nº 191-A - 2º andar - Centro - Rio - Tel.: 2507-0757



Email: atendimento@sinpol.org.br

Site: www.sinpol.org.br

MUSPE E SINPOL GARANTEM DIREITOS DOS POLICIAIS CIVIS

A Assembleia Legislativa aprovou dia 6 de junho, o projeto de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal do Estado, exigência do governo federal para suspender a dívida do Rio com a União por três anos. O Estado poderá recorrer a empréstimos que podem chegar a R\$ 6,4 bilhões. O texto aprovado por 50 votos a 9, aglutinou mais de 20 emendas, amenizando o prejuízo aos servidores públicos: prioriza o pagamento do funcionalismo durante a vigência do regime e assegura a manutenção dos direitos adquiridos.

Os triênios e licença-prêmio – ameaçados no pacote do governo – foram garantidos, na reunião do colégio de líderes que o SINPOL participou com o MUSPE. Os diretores Geraldo Ferreira e Daisy Rocha, percorreram os gabinetes de todos os deputados, reivindicando que direitos adquiridos não fossem modificados. Uma vitória do Muspe e dos Sindicatos que integram o movimento unificado. O substitutivo ao projeto de lei 2.885/17



Deputados Albertassi (de costas), Cecilliano (E) com João Luiz, Ramon, Daisy (de branco) e Ary na reunião de Líderes

possibilita que aprovados em concursos sejam chamados, ocorrendo reposição de pessoal. A reunião foi coordenada pelo deputado Edson Albertassi (PMDB), lí-

der do governo, e pelo presidente interino da Assembléia, André Ceciliano (PT).

Segundo informou o governador Pezão, a entrada do Rio no Regime de Re-

cuperação Fiscal representa um alívio R\$ 62 bilhões no caixa estadual e vai possibilitar o pagamento de salários atrasados dos servidores públicos.

Concursados da PCERJ vão ser chamados

O deputado Paulo Ramos (Psol), explicou que na reunião de líderes, os parlamentares entraram em acordo sobre emendas de diversos partidos que resguardam direitos adquiridos, como triênios e licença-prêmio, ficando acordado que esses direitos não poderão ser retirados.

Outra emenda garante que os concursados aprovados antes da vigência do decreto 45.692 de junho de 2016 (calamidade fiscal) poderão ser convocados desde que haja vagas e novos concursos poderão ser feitos para reposição de pessoal.

Invasão do SINPOL – quatro anos do arbítrio

No dia 4 de julho completou quatro anos da invasão do SINPOL por um grupo de oito policiais civis ligados à chefia de polícia, da época, que infringindo os procedimentos

legais, invadiu o Sindicato sem ter um mandado de busca ou apreensão. São eles: Francisco Chao de La Torre, Denilson Antônio Milante Magnani, Fernando Taranta Arruda, Marta Malafaia Caetano dos Santos, Rodrigo Amorim Lima, Cosme Luís Correia Cunha, Eduardo Gouveia Stein Lopes e Alexandre Florido. Sem flagrante delito, quatro sindicalistas da Nova Central Sindical (NCST) – à qual o SINPOL é filiado – receberam voz de prisão de Francisco Chao. Entre eles, o vice-presidente da NCST-RJ, Sérgio Luiz da Silva. Comunicada da arbitrariedade, a então chefe de polícia, Martha Rocha, nada fez para punir seus policiais. Nada justifica o abuso cometido por esses agentes, pois os sindicalistas estavam no Sindicato com o objetivo de mobilizar os dirigentes sindicais para o Dia Nacional de Luta, em 11 de julho de 2013. Há um vídeo no site, que mostra a truculenta invasão: www.sinpol.org.br

Na 5ª DP delegado nada fez

Todos foram levados para a 5ª DP Gomes Freire onde o delegado Bonfim nada fez contra os invasores, que no mínimo tinham que responder por abuso de autoridade. Talvez



Levados à 5ª DP, os sindicalistas foram liberados

porque a invasão foi a mando da ex-chefe de polícia, delegada Martha Rocha, cuja gestão foi marcada por perseguir o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira. O caso foi registrado como “fato atípico” e todos os sindicalistas liberados. No entanto, corre na Justiça processo por Dano Moral contra esses maus policiais a fim de reparar os prejuízos causados.



O Rio pede socorro

Página 2

MUSPE cobra salários atrasados

Página 3

SINPOL: 24 anos de lutas

Página 4 e 5

Mudança nas pensões exclui PCs

Páginas 6

Sinpol doa 200 cestas ao Muspe

Página 8

EDITORIAL

O RIO PEDE SOCORRO

Nos tempos conturbados por que passa o Estado do Rio com a crise financeira, política, ética e moral, fica difícil entender como um Estado rico, – o maior produtor de petróleo do país, que fez a Copa das Federações, que recebeu jovens do mundo inteiro no Encontro Mundial da Juventude, que recebeu o papa Francisco, sediou a Copa do Mundo e as Olimpíadas, pode estar hoje na decadência moral, ética e financeira em que se encontra. O ex-governador, que se empenhou para que todos os eventos mencionados acontecessem, está preso e o atual cassado, mas recorrendo. A pergunta que não quer calar: a situação atual em que se encontra o Rio, além da malversação dos recursos públicos fartamente mostrada pelos meios de comunicação, não seria consequência também direta de todos estes fatos? O Rio poderia arcar com todos estes eventos?

O governador Pezão está há meses de pires na mão, em viagens sucessivas a Brasília para fechar acordos, e assim, postergar pagamentos e pedir novos empréstimos para empurrar para frente a dívida que cresceu feito bola de neve. Os prejudicados são em primeiro lugar os servidores estaduais que além de receber os salários atrasados e parcelados, não viram ainda depositado, no sexto mês do ano, o 13º salário de 2016. Além de terem direitos conquistados a duras penas tirados sem dó nem piedade.

Perdem todos os trabalhadores do Estado que vêem a sua universidade de excelência – UERJ – em situação de penúria. Que vêem sua empresa de águas – CEDAE – ser oferecida ao mercado, como moeda de troca em negociações espúrias. Que vêem seus professores maltratados e desrespeitados, assim como os servidores da saúde. E, sobretudo, vêem as forças de segurança pública – os policiais civis e PMs, a quem cabe a grande responsabilidade de cuidar da vida das pessoas e resguardar o patrimônio público, tratados como cidadãos de segunda classe, de forma desrespeitosa, com salários e direitos sonegados.

O Estado do Rio tão belo por sua natureza, tão rico de recursos estratégicos e humanos, mas tão pobre quanto aos governantes, tem saída? Esperamos que sim e cabe a todos o trabalhadores se empenharem neste sentido e principalmente na hora de votar lembrar de todo o mal feito por eles.

Ministério Público vai cobrar do Estado salários atrasados

O Ministério Público Estadual em parceria com o Ministério Público do Trabalho vão mediar os conflitos entre policiais civis e o governo do Estado. A medida anunciada dia 5 de abril, é consequência da decisão do Supremo Tribunal Federal que proíbe policiais civis de fazerem greve.

Conduzida pela promotora Ana Maria de Mazzi, coordenadora do Centro de Mediação, Métodos Autocompositivos e Sistema Restaurativo – CMAR, do MP, em conjunto com os procuradores do Ministério Público do Trabalho, Samira Rocha e João Carlos Teixeira, a reunião foi para ouvir os representantes da categoria que cobram do governo calendário de pagamentos no dia 2, 13º salário, as horas extras desde setembro, a gratificação por metas, desde o segundo semestre de 2015.

O presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, esclareceu que independente da greve, a Polícia Civil trabalha com tantas dificuldades que acaba fazendo só o essencial por falta de pessoal.



A falta de efetivo prejudica a investigação - diz Bandeira (E)

“A Lei 699/83, conhecida como Lei Bandeira, previa um efetivo de 23 mil policiais e após 34 anos, o efetivo é de apenas 9.500”, conta Bandeira. A vice-presidente, Daisy Rocha, denunciou que há cinco anos o Tiquete Refeição e o vale transporte não são reajustados e a internet nas delegacias é muito lenta.

ALERJ autoriza convocação de concursados da PC

O SINPOL continua na luta para a convocação dos cerca de 400 aprovados do concurso de Investigador Policial de 3ª classe de 2005. Eram mais de mil aprovados, mas como já decorreram 12 anos, houve redução de 50% do contingente inicial. Esses candidatos se encontram prontos para ingresso na Acadepol, pois cumpriram com a primeira fase do concurso, que terminou com o exame

médico, em 2010. O SINPOL conseguiu ainda ampliar o número de vagas de 250 para 400. Há ainda 248 aprovados aguardando nomeação do concurso de oficial de cartório 2015, sendo 96 papiloscopistas que já fizeram Acadepol e 220 papiloscopistas excedentes do concurso de 2015, esperando pelo curso de formação. São mais de 5 mil concursados de várias categorias à espera de convocação.

SINPOL quer que aprovados sejam chamados

Com a aprovação do projeto de recuperação fiscal do Rio pela ALERJ, também foi autorizada a convocação dos aprovados em concursos públicos de todas as áreas da administração pública, antes do decreto de calamidade pública, em junho de 2016. Diante das vagas existentes, o SINPOL reivindica ao governador que todos os aprovados em concursos da Polícia Civil sejam convocados e nomeados. As emendas que proporcionaram essa autorização foram dos deputados Paulo Ramos, Marcelo Freixo e Wanderson Nogueira do PSOL. De acordo com o líder do governo na Alerj, deputado Edson Albertassi/PMDB, a medida autoriza a convocação e nomeação, mas não obriga a isso. Cada órgão chamará os aprovados, caso avaliem a necessidade e tenham condições para a contratação, explicou o parlamentar.



André Lopes (D) da comissão de investigadores reunido com Bandeira, presidente do SINPOL e a advogada Dra. Maria Goretti

SINPOL NA JUSTIÇA

13º salário

O Mandado de segurança coletivo preventivo no TJ para garantir o pagamento do 13º salário de todos os policiais civis ativos, inativos e pensionistas continua aguardando julgamento. No fim do ano passado o processo foi suspenso devido a incidente de resolução de demandas repetitivas, o principal deles da defensoria pública do estado que representa todos os funcionários públicos estaduais que não receberam o 13º salário. O SINPOL ingressa com petição de distinção no Tribunal de Justiça para que se perceba que o mandado de segurança

do Sindicato – específico para os agentes da Polícia Civil – é diferente da ação da defensoria. Processo nº 0060504-11.2016.8.19.0000.

Horas Excedentes e Adicional Noturno

A ação referente a horas excedentes e adicional noturno, processo nº 0209562-85.2016.8.19.000, tramita na 3ª Vara de Fazenda Pública. O juiz mandou que o Estado se manifestasse sobre a escala de serviço apresentada pelo Sindicato. A procuradoria peticionou ao Juízo, informando que oficiou à chefia de Polícia requerendo informações acerca dos documentos e tão logo obtenha, se manifeste sobre eles. Atualmente, o processo se encontra na serventia aguardando manifestação do estado.

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua Riachuelo nº 191-A- 2º andar – Centro. CEP: 20.230-010 - TEL:(21)2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br — Site: www.sinpol.org.br

Diretor Redação: Fernando Bandeira – Edição: Claudio José – RG. MTE nº31.381 – Redação: Claudio José

e Maria Helena – Estagiário: Lucas Marques – Fotos: Cláudio José e Bruno Maciel – Editoração e Arte Final:

Fernando Teixeira – Colaboração: Todos os Policiais Civis do RJ – Tiragem: 10 mil exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA 2014/2018

Presidente – Fernando Bandeira; vice-presidente – Daisy Rocha; secretário geral – Álvaro Luiz; secretário adjunto – Camila Antunes de Azevedo Guedes; tesoureiro geral – Leonardo Motta de Faria; tesoureiro adjunto – Geraldo Ferreira.

Suplentes: Mário Castellano e Elcio Carneiro C.Junior. Conselho Fiscal – Efetivos: Flávio Antônio Azedo do Amaral, Gilson Fernandes Franqueira e Jonathas Simples de Oliveira Júnior. Suplentes: Jorge Boaventura Ramos dos Santos, Venício Guerra e André Luigi Nunes Bazoli. Conselho de Ética e Disciplina: Renato Saldanha Alvarez, Natalício Ferreira de Araújo e Humberto Giudice Fittipaldi Filho. Suplentes: Gabriel Batista da Rosa e Carmelino Maranhão Rangel. Diretor Parlamentar: Edson Ramos (Edinho); e Diretor Inativos: Ubiratan da Silva Theodoro (Bira)

MUSPE cobra de Pezão 13º e salários atrasados

O governador Luiz Fernando Pezão recebeu no dia 22/06 último uma comissão de servidores que integram o Muspe – Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais – intermediada pelo líder do governo na Alerj, deputado Edson Albertassi (PMDB). Oito representantes de categorias participaram. O SINPOL se fez representar pelo presidente da Coligação, Fábio Neira, que falou em nome dos policiais ci-

vis. Na plenária do Muspe, dia 19 de junho, o nome de Neira foi consenso entre os policiais civis presentes – havia na ocasião três da Coligação e dois do SINPOL: Fábio Neira e Hildebrando Saraiwa, pela COLPOL; e Bandeira e Leonardo, pelo SINPOL. Do lado de fora, em frente ao Palácio Guanabara, uma vigília foi realizada com funcionários públicos de diversas categorias. Pelo Sinpol compareceram Fernando

Bandeira, Daisy Rocha e Geraldo Ferreira.

O Muspe cobrou a regularização dos pagamentos atrasados, o pagamento do 13º salário, calendário único, promoção/progressão na carreira e convocação de concursados.

Expectativa de assinar acordo e pagar servidores

Pezão explicou que o governo conseguiu aprovar na Alerj todas as exigências da União – inclusive o polêmico teto de gastos dos poderes e órgãos do estado. Com isso, o governo espera não ter problemas de assinar com a União o Regime de Recuperação Fiscal do estado, permitindo o recebimento de recursos da ordem de 3,5 bilhões, e poder colocar em dia os salários atrasados e o 13º salário dos servidores públicos.

Em março, Pezão recebeu SINPOL e lideranças

Representantes dos policiais civis e deputados da Comissão de Segurança Pública da ALERJ foram recebidos dia 27 de mar-



Neira (C) João Luiz e Mesac (atrás) representaram a segurança pública na reunião com o Muspe representado por Ramon, Marcos (ambos de azul) e Thaís (atrás de Ramon)

ço, no Palácio Guanabara, pelo governador Pezão. O objetivo da reunião foi pressionar o governo a fazer um calendário de pagamento aos policiais civis, até o dia 2 de cada mês. Os policiais também cobraram o pagamento do décimo 13º salário de 2016, do Regime Adicional de Serviço (RAS), que deixou de ser depositado em setembro passado, o RAS

Olimpico e o Sistema Integrado de Metas (SIM), suspenso desde o segundo semestre de 2015.

O governador informou que só depois de assinar o acordo de recuperação fiscal com a União poderá pagar aos policiais o que deve. O SINPOL foi representado pelo seu presidente Fernando Bandeira e pela vice-presidente, Daisy Rocha.



Pezão (de costas) com Bandeira (C) e Daisy, na ponta

IML DE NOVA IGUAÇU: ABANDONO TOTAL

A equipe de reportagem do SINPOL esteve no IML de Nova Iguaçu para verificar as condições de trabalho dos policiais civis. Impedida de entrar na unidade, a equipe de reportagem verificou que o IML está um abandono total. Além do mau cheiro e moscas para todo lado, há carros abandonados, muita sujeira, mato alto, fiação exposta, vidros quebrados e portas escoradas com latão de lixo.

Abordado, um policial que não quis se identificar, disse que “a realidade do lado de fora se repete no interior do IML”. Disse também que o imprevisto na execução do trabalho é grande.

Em 2015, o SINPOL esteve no IML de Teresópolis e constatou que lá o grande problema era o material cirúrgico. A improvisação era tão grande que até ferramenta de obra e agulhas de costura eram utilizadas para o serviço dos peritos legistas e técnicos de necropsia. Outro IML, como o do Centro, continua com os mesmos problemas: falta de limpeza e de pessoal. Também há falta de efetivo, que o SINPOL vem alertando não só no IML, como em toda a Polícia Civil.



Carro abandonado no pátio



Mato alto e vidros quebrados



Porta principal trancada com pau e lixeira



Banheiro masculino do IML sem pia e sem água

IML DO CENTRO SÓ FUNCIONOU EM 2009

As reclamações dos policiais do IML da Francisco Bicalho (Centro) são as mesmas. Falta de efetivo, de material de uso contínuo, portas, mesas e banheiros em péssimo estado de conservação, mau cheiro e ambiente totalmente insalubre.

Os policiais que estão lotados desde sua inauguração em outubro de 2009 disseram que somente neste período o IML funcionou adequadamente. Daí em diante o Estado simplesmente abandonou a unidade forçando os peritos e técnicos legistas a iniciarem uma fase de improvisação para a continuidade dos trabalhos.

Uma policial que não quis se identificar disse que há um ano o IML não oferece o serviço social de atendimento aos familiares de mortos e que os policiais têm que se revezar para cobrir toda demanda, chegando a ponto de médicos, peritos e técnicos de necropsia atenderem no balcão de informação.

O SINPOL diversas vezes já oficiou tanto à chefia de polícia quanto ao governo do Estado, das condições precárias do IML do Centro.

SINPOL – 24 ANOS DE LUTAS E CONQUISTAS

Desde que foi fundado em 1993 o SINPOL participou de todas greves, mobilizações e reuniões com autoridades, visando sempre salário decente e condições de trabalho dignas para a categoria.

Em julho de 1997 houve a histórica passeata com mais de 2 mil policiais civis, pelo Centro do Rio. A categoria cobrava a dívida de 84,62% que o governo Marcelo Alencar tinha com ela. Como resultado, os ativos receberam abono de 42%, ficando de fora os inativos que só receberam em 1999 após ação na Justiça. Em junho de 2003 o Sindicato conseguiu que 1.072 policiais aprovados no concurso de inspetor e oficial de cartório do concurso de dezembro de 2001 tomassem posse.

Em janeiro de 2006 cerca de dois mil policiais participaram da grande passeata na Avenida Rio Branco pelo pagamento da GEAT e um novo reescalonamento. Já em junho de 2010, depois de muita mobilização, a ALERJ aprovou reajuste de 70,32% para todos os policiais civis ativos e inativos, parcelados em 48 vezes para compensar o não pagamento da GEAT, suprimida em 2001 no governo Garotinho.

A partir da posse do governador Cabral em 2007 os policiais civis fizeram várias manifestações já que ele se recusava a dar aumento não só para a categoria como também para a PM e bombeiros.

União com PMs e Bombeiros marcaram 2011 e 2012

Os anos de 2011 e 2012 marcaram nova etapa de lutas da categoria, com novos protagonistas. Em junho de 2011 houve grande passeata na orla de Copacabana com mais de 50 mil pessoas de vermelho em apoio aos bombeiros presos após ocupação do Quartel General. Em 9 de fevereiro de 2012 o SINPOL garantiu que uma assembléia fosse feita na Cinelândia graças ao caminhão de som do Sindicato que

possibilitou que os discursos e orientações chegassem à multidão. No domingo, dia 12/02, ocorreu a II Marcha da Segurança Pública na Atlântica com policiais civis, PMs e bombeiros em apoio aos PMs e bombeiros presos.

Em abril de 2012 o governo Cabral pelo decreto 43.538 instituiu o RAS (Regime Adicional de Serviço) para os policiais civis, militares, bombeiros e agentes penitenciários, que nada mais era que a legalização do “bico”. Assim o governo passou a usar os policiais nas ações de vigilância nos órgãos do Estado e Município e concessionárias de serviços públicos ao invés de remunerar dignamente o servidor público da segurança.

Em 20 de maio de 2012, grande manifestação ocorreu na orla de Copacabana pela reintegração dos 14 bombeiros e 19 policiais militares excluídos de suas corporações em função da greve. Um dos bombeiros presos foi o cabo Benevenuto Daciolo, eleito deputado federal em 2014.

Em março de 2013 policiais civis participaram em Brasília da 7ª Marcha da Classe Trabalhadora para pressionar o governo a cumprir as reivindicações dos trabalhadores. Os do setor público pediam a regulamentação do direito de greve e a negociação coletiva de acordo com a Convenção 151 da OIT.

Sinpol faz Encontro Nacional

Nos dias 22 e 23 de junho de 2013 o SINPOL promoveu o 7º Encontro Nacional dos Policiais Civis no SESC de Copacabana com mais de 120 sindicalistas de 12 Estados, que discutiram várias questões da categoria entre as quais a PEC 37/11, que definia as competências para a investigação criminal, excluindo o Ministério Público do poder investigatório.

Dia 4 de julho de 2013, o SINPOL foi invadido por 8 policiais liderados por Francisco Chao, da Delegacia de Meio Ambiente e Fernando Taranta da CORE, que prenderam de forma arbitrária 4 sindicalistas.



Acompanhados dos deputados Aloisio Oliveira e Carlos Guimarães, Bandeira Lidia e outros líderes da época se reúnem com o secretário de Polícia Civil Dr. Nilo Batista por ocasião da greve da categoria em 93. Dessa greve surgiu o Sinpol.



Grande passeata em 2006, na Av. Rio Branco pela GEAT e reescalonamento



A grande passeata histórica de Copacabana, em fevereiro de 2011, teve apoio do SINPOL



Na Cinelândia, assembléia das tres forças de segurança aprovaram a greve de 2012



O caminhão do Sinpol garantiu assembléia dos policiais e bombeiros, em fevereiro de 2012

tas da NCST que lá estavam convocando a categoria para o Dia Nacional de Luta, em 11 de julho.

Em 12 de novembro cerca de 200 policiais civis fizeram ato público na SEPLAG para serem recebidos pelo secretário Sérgio Ruy com o objetivo de discutir a pauta de reivindicações. A manifestação foi pacífica e contou com a presença do major Garcia e do cabo da Polícia Militar, Wagner Luiz, do Movimento PEC 300, além de Almir Gideão, presidente da Galeria de Heróis da PM e do Corpo de Bombeiros,

que ofereceram apoio aos policiais civis.

Dia 21 de maio de 2014 houve paralisação nacional de 24 horas que contou com a adesão dos policiais civis, que se concentraram em manifestação em frente à Chefia da Polícia e cobraram do governo, em vários pronunciamentos, as promessas feitas e não cumpridas.

Com o MUSPE somando forças

Já em 2015, 2016 e 2017, o SINPOL prosseguiu na luta pelos policiais civis integrando o Movimento Unificado dos

Servidores Públicos – MUSPE – participando ativamente desde a primeira reunião, passeatas e protestos em prol dos servidores do estado. Enfrentando as bombas do BPChoque durante o pacote fiscal do governo na Alerj e sempre auxiliando e apoiando as diversas categorias que integram o movimento. Além de cobrar, junto com outros sindicatos de servidores, a regularização dos pagamentos atrasados e calendário único para todo o funcionalismo, com todos recebendo integral e na mesma data.



Em Brasília policiais civis de todo o país defenderam o direito de greve



Em 2014, a imprensa cobriu a paralisação nacional de 24 horas



Em 2016, com o Muspe e contra o pacote de maldades na Alerj

Ações policiais serão revistas, diz Roberto Sá

Os numerosos casos de vítimas de balas perdidas, inclusive crianças até em suas casas, como a menina Vanessa Vitória, de 10 anos, no Lins, fizeram com que o secretário de Segurança Pública, Roberto Sá, anunciasse rever ações policiais. O secretário admite que as operações da Polícia Militar devem ser revistas para que as normas internas da corporação sejam aperfeiçoadas. Ele diz ter estudo para fazer ajustes, visando diminuir as baixas na população.

Embora tenha assumido o comando da Segurança Pública há oito meses, Roberto Sá não é um novato. Ele entrou para a secretaria em 2006, junto com o ex-secretário Mariano Beltra-

me, sendo seu assessor direto, o braço direito. Como subsecretário de Planejamento Integrado Operacional, ele assessorou Beltrame na área operacional de combate ao crime e auxiliava no planejamento de ações, supervisionando incursões e coordenando o emprego das polícias Civil e Militar.

Em uma entrevista ao “Estúdio I” da Globo-News disse que as UPPs são uma utopia e não vão resolver nada, “enquanto continuar chegando arma de fogo para bandido”. “Num Estado que apreende 24 armas de fogo por dia temos que repensar nossa política de segurança para ser mais eficazes”, disse o delegado federal, Roberto Sá.



UPPs são utopia, diz Roberto Sá

Decisão do Supremo põe fim à greve de 78 dias

A greve da Polícia Civil do Rio de Janeiro, que durou mais de dois meses, terminou após decisão do Supremo Tribunal Federal, dia 5 de abril, proibindo greve de servidores na área da segurança pública. Segundo o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, em decorrência desta decisão os policiais civis não pararam imediatamente. Isso só ocorreu após assembleias para ouvir a categoria. Durante a greve foram feitos protestos, passeatas e reuniões com o Movimento Unificado dos Servidores Públicos Estaduais - MUSPE.

“Os serviços essenciais foram feitos com cerca de 40% do efetivo durante os 78 dias de greve. Antes de ameaçar punir os servidores o Supremo deveria punir os governantes que não pagam os salários atrasados, o décimo terceiro salário assim como as horas excedentes do ano passado”, disse



Colaboradores do Sinpol no protesto do Galeão antes do Carnaval

Bandeira. De acordo com o sindicalista, “as delegacias estão sujas, porque o pessoal da limpeza não foi pago e a maioria não está indo trabalhar. O pes-

soal com curso superior que faz o primeiro atendimento no balcão, também não recebeu e abandonou seus postos”, explica Bandeira.

Além dos policiais militares que já eram proibidos de fazer greve, o STF incluiu da proibição: policiais civis, policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais ferroviários federais e bombeiros militares.

Empréstimos da União

O governador disse na ocasião que a melhora do quadro só ocorrerá com a recuperação fiscal do Estado, que incluirá o acordo firmado entre o Rio de Janeiro e a União. Assim poderá contrair novos empréstimos e pagar os servidores. Apenas o 13º salário consumirá cerca de R\$ 68 milhões, segundo a Polícia Civil.

Mudança nas pensões não atinge policiais

Parlamentares da Alerj aprovaram dia 6 de junho por 40 votos a 19, o projeto do governo que modifica as regras para concessão de pensões e aposentadorias no Estado. Foi a exigência da União para o Estado do Rio aderir ao Plano de Recuperação Fiscal.



Daisy Rocha, vice-presidente do Sinpol, acompanhou junto ao Muspe as votações na Alerj. (E - de azul) Virgílio (Uerj), Daisy (Sinpol), Sérgio (Uenf), Ramon (SindJustiça) e João Luiz (Degase)

Os policiais civis, PMs, bombeiros, agentes penitenciários e do Degase – estão fora das novas exigências, por que a Alerj aceitou várias emendas de deputados que preserva das mudanças os integrantes da Segurança Pública.

A concessão da pensão por morte prevê que o benefício será concedido de acordo com a expectativa de vida do servidor, contanto que tenha contribuído, no mínimo, por 18 meses ao Rioprevidência.

Para a viúva ou viúvo com menos de 44 anos obter a pensão do cônjuge, deverá ter no mínimo dois anos de casamento ou união estável antes do ano da morte do funcionário que deixou a pensão. Receberá a pensão vitalícia o cônjuge ou dependente a partir dos 44 anos de idade. Pelo novo texto o aposentado por invalidez não terá mais que ir duas vezes à Previdência Estadual para perícia-médica, mas apenas uma vez ao ano.

Pensão em dobro

Os dependentes dos agentes de segurança pública (policiais civis, agentes penitenciários e agentes do Degase) e dos militares (soldados, cabos e sargentos) que morrerem em serviço, terão direito a pensão em dobro, de acordo com a emenda aditiva dos deputados do PDT, Cidinha Campos, Luiz Martins e Jânio Mendes.

O governo foi derrotado na proposta que previa concessão de pensão para dependentes – filhos e enteados – com idade até 21 anos. O projeto aprovado estende o benefício até 24 anos, desde que o dependente esteja estudando.

A Alerj ainda incluiu no texto substitutivo ao projeto a exigência de calendário único de pagamento de ativos, inativos e pensionistas dos três poderes e órgãos.

Deputados que aprovaram o aumento do desconto previdenciário de 11% para 14%, diminuindo os salários de ativos, aposentados e pensionistas

Ana Paula Rechuan (PMDB); André Ceciliano (PT); André Corrêa (DEM); Aramis Brito (PHS);

Átila Nunes (PMDB); Benedito Alves (PRB); Carlos Macedo (PRB); Chiquinho da Mangueira (PTN);

Cidinha Campos (PDT); Coronel Jairo (PMDB); Danielle Guerreiro (PMDB); Dica (PTN);

Dionísio Lins (PP); DR. Deodalto (DEM); Dr. Gotardo (PSL); Edson Albertassi (PMDB);

Fábio Silva (PMDB); Fatinha (SDD); Figueiredo (PROD); Geraldo Moreira (PTN);

Geraldo Pudim (PMDB); Gil Viana (PSB); Gustavo Tutuca (PMDB); Iranildo Campos (PSD);

João Peixoto (PSDC); Jorge Picciani (PMDB); Luiz Mar-

tins (PDT); Marcos Abrahão (PT do B);

Marcos Vinicius (PTB); Milton Rangel (DEM); Nivaldo Mulim (PR); Carlos Osorio (PSDB);

Paulo Melo (PMDB); Rafael Picciani (PMDB); Renato Cozzolino (PR); Rosenverg Reis (PMDB);

Tia Ju (PRB); Zé Luiz Anchite (PP); Zito (PP)

Quem votou contra o aumento:

Bebeto (PDT); Bruno Dauaire (PR); Carlos Minc (sem partido); Comte Bittencourt (PPS)

Dr. Julianelli (REDE); Eliomar Coelho (PSOL); Enfermeira Rejane (PC do B); Flávio Bolsonaro (PSC)

Flavio Serafini (PSOL); Gilberto Palmares (PT); Jânio Men-

des (PDT); Jorge Felipe Neto (DEM);

Lucinha (PSDB); Luiz Paulo (PSDB); Marcelo Freixo (PSOL); Márcio Pacheco (PSC);

Martha Rocha (PDT); Paulo Ramos (PSOL); Samuel Malafaia (DEM); Silas Bento (PSDB);

Tio Carlos (SDD); Wagner Montes (PRB); Waldeck Carneiro (PT); Wanderson Nogueira (PSOL);

Zaqueu Teixeira (PDT); Zeidan (PT).

Ausentes e licenciados:

Filipe Soares (DEM) Faltou; Marcelo Simão (PMDB) Faltou;

Marcia Jeovani (DEM) Faltou; Marcos Muller (PHS) Faltou; Pedro Augusto (PMDB) Licenciado.

SINPOL protesta contra as reformas em Brasília e no Rio

Policiais do Rio de Janeiro – liderados pelo Sinpol – estiveram no Distrito



Bandeira, em Brasília, contra as reformas previdenciária e trabalhista



Diretor Geraldo Ferreira (D) com a faixa do Sinpol

Federal no dia 24 de maio, participando do “Movimento Ocupa Brasília” contra as reformas previdenciária e trabalhista. Caravanas coordenadas pela Feipol Sudeste e pelo SINPOL reuniram policiais do Rio, Campinas, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo. Os servidores da Segurança Pública marcaram presença na grande manifestação de trabalhadores contra o presidente Temer e as reformas que retiram direitos conquistados. O presidente já está quase caindo e os policiais civis foram dar uma mãozinha. Participaram do ato o presidente do SINPOL, Fernando Bandeira, a vice-presidente, Daisy Rocha e o diretor, Geraldo Ferreira, além de vários policiais.

Dois ônibus da Nova Central (NCST) saíram do Rio com trabalhadores e policiais rumo a Brasília.

No Rio, servidores também protestaram

No Dia 15 de março houve grande manifestação contra a reforma da Previdência na Candelária. O SINPOL participou através da vice-presidente, Daisy Rocha, e dos colaboradores, Berenaldo Lopes, Maria Helena e Katião. Os protestos ocorreram em 19 capitais, com milhares de pessoas inconformadas com o ataque aos direitos sociais dos aposentados, trabalhadores e daqueles que se preparam para entrar no mercado de trabalho.

Pela proposta do governo, trabalhadores do setor público e privado terão também as mesmas regras de acesso à aposentadoria: idade mínima de 65 anos e 25 de contribuição. Para os servidores que já reúnem as condições para se aposentar, nada muda. Os direitos adquiridos serão preservados nessa proposta,

e o trabalhador pode se aposentar pela regra antiga.



Daisy Rocha, do Sinpol e o colaborador, Berenaldo Lopes, na Candelária



Servidores protestaram no Centro do Rio

Protesto no Palácio Guanabara para receber salários

Os servidores públicos estaduais voltaram a protestar dia 13 de junho pelo não pagamento do 13º salário de 2016 assim como dos salários de abril e maio de 207 mil funcionários. As categorias, coordenadas pelo MUSPE seguiram em passeata do Largo do Machado até o Palácio Guanabara, em manifestação pacífica, acompanhada pelo 2º BPM em Botafogo. O SINPOL participou com a vice-presidente, Daisy Rocha e o diretor, Geraldo Ferreira.

O Estado vem depositando parcelas do pagamento de abril e maio ainda, não havendo previsão do pagamento das restantes. Servidores da Segurança e Educação receberam os salários integrais de maio e junho no 10º dia útil, de acordo com o calendário do governo.

“Assinando o termo de recuperação Fiscal com a União, a dívida do Estado do Rio com o governo federal será suspensa por três anos e



(E) Sérgio da Uenf, Daisy Rocha e Geraldo Ferreira, do Sinpol

permitirá ao Estado pegar novos empréstimos e regularizar a folha de pagamentos”, disse o governador Pezão aos servidores.

Policiais invadem Câmara em protesto contra reforma da Previdência



Invasão da CCJ assustou parlamentares

Policiais Civis e agentes penitenciários que protestavam contra a Reforma da Previdência na Esplanada dos Ministérios dia 8 de fevereiro invadiram o plenário da Câmara e foram repelidos com o uso de bombas de gás lacrimogêneo.

Os policiais de todo o País foram a Bra-

sília protestar contra a PEC 287/16, que retira da Constituição o artigo que reconhece a atividade de risco dos profissionais de segurança pública nos critérios de concessão da aposentadoria. Os manifestantes se concentraram no gramado em frente ao Congresso, onde espalharam cruzeiros.

Policlínica: atendimento só na capital



Pacientes esperam para ser atendidos

Um ano após sua inauguração – em julho de 2016 – a policlínica da Polícia Civil, no Bairro do Estácio, vem funcionando de forma básica, mas mesmo com todas as dificuldades financeiras, o atendimento foi elogiado pela maioria dos policiais.

O Policial Mario César Queiroz (Foto), auxiliar de necropsia aposentado, disse que a policlínica é um quebra galho para o policial civil e que o atendimento é básico, porém satisfatório. “Nós policiais deveríamos ter de volta nosso hospital de referência como era antigamente na Praça Mauá, que foi desativado para construção do museu”. Mario

César disse ainda que em cada região deveria ter uma policlínica para atender os policiais que moram e trabalham em áreas mais distantes do Centro.

Outros dois policiais que não quiseram ser identificados também elogiaram, dizendo que está tudo bem desde a marcação, agendamento até a consulta. Contudo, ambos disseram que o Estado deveria dar mais importância ao atendimento psicológico e psiquiátrico.

O SINPOL sugere que novas unidades sejam feitas para descentralizar o atendimento e assim contemplar os policiais que moram distante da capital.

Para ser atendido, o policial deve ligar para os telefones 3399-3580 / 3399-3585 e marcar a consulta. Para agilizar o atendimento o paciente faz uma pré-consulta para verificar pressão arterial, peso e obter informações necessárias para o melhor atendimento médico. Das 34 especialidades médicas cadastradas na policlínica, 13 delas não estão funcionando, que são: alergologia, cardiologia, cirurgia vascular, clínica de gotas, geriatria, homeopatia, infectologia, nefrologia, oftalmologia, pediatria, pneumologia, radiologia, psiquiatria.

Convênios e Descontos

Vários descontos são oferecidos aos associados do SINPOL que para terem acesso aos benefícios terão que pegar o encaminhamento no Sindicato à Rua Riachuelo, 191 – A, 2º andar, Centro.

Colégio Pinheiro Guimarães: Associados e familiares têm direito a 50% de desconto na formação regular que vai da creche a faculdade, assim como nos cursos técnicos e livres. Os interessados devem pegar encaminhamento no SINPOL.

Academia do Concurso Público: Nos cursos preparatórios para concursos o desconto é de 20%. Mais informações no Tel: 22249571

Colégio e Curso Tamandaré: Os filhos dos associados têm direito a 30% de desconto da 4ª série do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. O mesmo abatimento para o curso pré vestibular e preparatório para escolas militares, técnicas, CAP da UERJ e UFRJ. Válido para as unidades do Centro e do Méier

Faculdade e Colégio Simonsen: Vários cursos de 3º Grau com desconto entre 50% e 70% nas mensalidades

Oftalmologista: Exames oftalmológicos com 30% de desconto são feitos no Centro do Rio e em Niterói.

Assistência Jurídica: O atendimento jurídico gratuito é feito para os associados às terças-feiras das 10h às 13h e às quintas-feiras, das 14h às 17h. A advogada responsável pelo atendimento é a Dra. Maria Goretti. Para ser atendido basta apresentar a carteira de associado ou o último contracheque.

Atendimento dentário: Um consultório moderno para implantes e outros serviços com desconto de 30% está à disposição dos associados e dependentes

INE/RJ: 30% em todos os cursos, exceto de inglês básico. Tem cursos com maior desconto que podem chegar até 70%.

Desconto de 50% na ACM Lapa: em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, musculação, entre outras.

SINPOL DOA 200 CESTAS BÁSICAS AOS SERVIDORES SEM SALÁRIO

A plenária do MUSPE reunida dia 24 de junho com a participação do SINPOL decidiu por unanimidade ajudar os servidores que estão com os salários de abril e maio atrasados, distribuindo cestas básicas aos mais necessitados. Durante a reunião, a vice-presidente, Daisy Rocha, anunciou que o Sindicato doaria ao Muspe 200 cestas básicas no valor de R\$ 70 cada uma. As cestas foram entregues no Sepe.

No Natal do ano passado, o SINPOL doou ao Muspe 70 cestas natalinas contendo 24 itens, além de mais de 300 aos policiais associados que se inscreveram para receber o benefício. Tinha até bacalhau nas cestas. Desta vez, as cestas básicas que foram adquiridas pelo Sindicato contêm 15 itens: arroz, feijão, macarrão, salsicha, sal, açúcar, fubá, café torrado, extrato de tomate, farinha de



Cesta básica para o servidor contendo 15 itens

mandioca, fubá, óleo de soja, refresco, leite em pó, achocolatado e sacola rafia para carregar os mantimentos.

Faleceu Marina Maggessi, policial que priorizou a investigação



Marina Maggessi foi deputada federal pelo PPS

Marina Maggessi, inspetora da Polícia Civil e ex-deputada federal faleceu dia 9 de junho aos 58 anos, de complicações renais. Maggessi foi a primeira mulher a chefiar o departamento de inteligência da Polícia Civil (CINPOL) sendo responsável pelas prisões de grandes traficantes de drogas no Rio de Janeiro, como Uê, Elias Maluco e Marcinho VP.

Jornalista de formação, em 2008 publicou o livro “Marina Maggessi - Dura na Queda”, no qual abordou detalhes da rotina na Polícia Civil. Afastada do trabalho pelos problemas de saúde, ultimamente estava animada e anunciou pelas redes sua volta ao trabalho. “Me aguardem, estou voltando!” – disse recentemente em seu perfil no Facebook.

A diretoria do SINPOL lamenta o falecimento da policial, por sua história que dignificou a categoria

SINPOL e AME fizeram Rioprevidência pagar aposentados e pensionistas em 2016

Desde março de 2016 o Sindicato vem lutando pelo pagamento integral e na data correta dos policiais ativos, inativos e pensionistas. Juntou-se à FASP e ao Muspe para que o calendário anterior de pagamentos nos dias 1 e 2 de cada mês fosse cumprido, repudiando o decreto do governador em exercício, Francisco Dornelles, que mudou o pagamento para o 10º dia útil. Além de parcelar os salários dos ativos, os apo-

sentados e pensionistas sempre são pagos com atraso, causando sérios prejuízos ao orçamento das pessoas.

No dia 19 de abril de 2016, o SINPOL e a Associação dos Militares Estaduais – AME, participaram de uma reunião na Defensoria Pública, visando garantir o pagamento dos inativos e pensionistas que ficaram sem receber por mais de um mês. Nem parcelado o pagamento de março saiu.

Arresto para pagar aposentados e pensionistas

A pronta ação do SINPOL junto à Defensoria Pública e a Associação dos Militares Estaduais pressionou que oficiais de Justiça fossem ao Rioprevidência. Lá, o SINPOL e a AME, entregaram intimação do juiz da Central de Assessoramento Fazendário do TJ, mandando o órgão pagar em 24 horas, sob pena de arrestar os valores do Estado nos bancos. Outra equipe

entregou intimação à Procuradoria Geral do Estado com o mesmo objetivo. Como o governo não

cumpriu o prazo judicial, o arresto foi feito e todos aposentados e pensionistas receberam graças à

pronta atuação da Defensoria Pública do Estado, do SINPOL e da AME.



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro
Tel.: 2224-9571

IMPRESSO